



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**

**AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO Nº  
306710-1**

**AGRAVANTE: MARCELO VIEIRA CAVALCANTI**

**AGRAVADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO  
REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO.  
APOSENTADORIA ESPECIAL. POLICIAL CIVIL.  
ILEGITIMIDADE PASSIVA DO GOVERNADOR DO  
ESTADO. EXISTÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO A  
NÍVEL FEDERAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO  
DE LACUNA LEGISLATIVA QUE INVIABILIZE O  
EXERCÍCIO DO DIREITO À APOSENTADORIA.  
INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.  
DESNECESSIDADE NA HIPÓTESE. AGRAVO  
REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**1** A questão previdenciária é de interesse nacional, devendo existir uma unidade sistêmica a respeito do tema. Assim, a competência legislativa concorrente para disciplinar sobre previdência social não afasta a necessidade de tratamento uniforme das hipóteses de exceção à aposentadoria. Necessidade de atuação normativa da União para a edição de norma regulamentadora de caráter nacional, não sendo o Governador do Estado parte legítima para figurar no polo passivo do Mandado de Injunção;

**2.** A recepção da Lei Complementar Federal nº 51/85, pela ordem constitucional instituída pela Carta Magna de 1988, indica que na hipótese de superação da ilegitimidade passiva, o mérito da demanda não poderia prosperar, ante a existência de regulamentação da aposentadoria para os agentes policiais;

**3** Para que fosse possível impetrar o Mandado de Injunção contra o Governador do Estado, a fim de tratar de normas suplementares a respeito da aposentadoria especial – e não sobre o direito de aposentadoria em si, o qual deve ser tratado de modo uniforme a nível federal – seria indispensável a demonstração concreta de que a ausência de norma regulamentadora suplementar estadual estaria inviabilizando o exercício do direito à aposentadoria;



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

4. Inexiste nulidade, por falta de manifestação do *Parquet*, em Mandado de Injunção que possui a inicial indeferida por ilegitimidade passiva do requerido, eis que somente imprescindível em caso de decisões de mérito.
5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo Regimental no Mandado de Injunção.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental no Mandado de Injunção nº 306.710-1, em que figura como agravante MARCELO VIEIRA CAVALCANTI e, como agravado, o GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, negar provimento ao Agravo, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,                      de                      de .

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
 Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**  
**AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO Nº**  
**306710-1**  
**AGRAVANTE: MARCELO VIEIRA CAVALCANTI**  
**AGRAVADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

### **RELATÓRIO**

Cuida-se de Agravo Regimental no Mandado de Injunção interposto por MARCELO VIEIRA CAVALCANTI contra decisão terminativa que indeferiu a petição inicial do *writ* por ser manifestamente incabível, em razão da ilegitimidade passiva do requerido, ora agravado.

Em suas razões (fls. 59/75), a parte agravante continua a defender a legitimidade passiva do Governador do Estado de Pernambuco para figurar no polo passivo da demanda.

Aduz que a competência legislativa para tratar de previdência social é atribuída de forma concorrente à União, aos estados e ao Distrito Federal. Ademais, afirma que a Lei Complementar Federal nº 51/85 continua em vigor, existindo, assim, norma geral editada pela União tratando do tema.

Ressalta que o Projeto de Lei Complementar Federal nº 554/2010 pretende regulamentar a concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos que exercem atividade de risco, prescrevendo que as aposentadorias concedidas com base na Lei Complementar nº 51/85 estariam preservadas, o que demonstra a vigência desta norma.

Como a União já legislou de forma geral sobre a aposentadoria especial dos servidores públicos, assegura que caberia ao estado de Pernambuco tratar do tema de forma específica, por conta da *lei geral não tratar das particularidades que são importantes, como o fato de existirem polícias civil, federal e militar, devendo cada uma delas receber o tratamento adequado às suas peculiaridades (...)* (fl. 65).

Lado outro, pugna pela intervenção do Órgão Ministerial, sob pena de nulidade da decisão.

9.1  
60



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Por fim, o agravante pleiteia o conhecimento e processamento do Agravo Regimental a fim de reformar a decisão vergastada, reconhecendo a legitimidade do Governador do Estado para figurar no polo passivo do Mandado de Injunção.

É o relatório.

Recife,

de

de

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**  
**AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO Nº**  
**306710-1**  
**AGRAVANTE: MARCELO VIEIRA CAVALCANTI**  
**AGRAVADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

### **VOTO**

Visa o recorrente, através do presente Agravo Regimental no Mandado de Injunção obter a reforma da decisão terminativa que indeferiu a petição inicial do *writ* por ser manifestamente incabível, em razão da ilegitimidade passiva do requerido, ora agravado.

Examinando detidamente a peça recursal manejada às fls. 59/75, salvo a menção à Lei Complementar Federal nº 51/85, o agravante limita-se a utilizar a mesma fundamentação constante na Inicial do Mandado Injuncional.

Logo, entendo que o *decisum* atacado não merece reforma.

Com o objetivo de evitar desnecessária repetição de argumentos, adoto como razões de decidir, a fundamentação lançada na decisão vergastada, a qual enfrentou devidamente a questão:

Compulsando os autos, entendo que a petição inicial deve ser indeferida, eis que o requerido é parte ilegítima para figurar no polo passivo do presente mandado de injunção, porquanto a competência legislativa para disciplinar a aposentadoria especial dos servidores, inclusive estaduais, atribui-se à União.

Recentemente, os tribunais pátrios firmaram entendimento no sentido de que a competência concorrente para legislar acerca da previdência social não afasta a necessidade do tratamento igualitário das exceções às regras da aposentadoria dos servidores públicos. Ou seja, cabe ao Presidente da República regulamentar o regime de aposentadoria especial dos servidores públicos.

Corroborando esse entendimento, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL DE SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. ART. 40, § 4º, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL. NECESSIDADE DE TRATAMENTO UNIFORME DA MATÉRIA. 1. A competência concorrente para legislar sobre previdência social não afasta a necessidade de tratamento uniforme das exceções às regras de aposentadoria dos servidores públicos. Necessidade de atuação normativa da União para a edição de norma regulamentadora de caráter nacional. 2. O Presidente da República é parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de injunção em que se discute a aposentadoria especial de servidor público. Precedente. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(STF - MI 1832 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 24/03/2011, DJe-093 DIVULG 17-05-2011 PUBLIC 18-05-2011 EMENT VOL-02524-01 PP-00001). Grifei.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE DE RISCO. AGENTE CARCERÁRIA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. NECESSIDADE DE ATUAÇÃO NORMATIVA DA UNIÃO PARA A EDIÇÃO DE NORMA REGULAMENTADORA DE CARÁTER NACIONAL. PRECEDENTES DO PLENÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF - ARE 693136 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 25/09/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-208 DIVULG 22-10-2012 PUBLIC 23-10-2012). Grifei.

Ressalte-se que a Corte Suprema, em sucessivas decisões, vem reafirmando essa orientação (AI 853.120/MS, Rel. Min. Dias Toffoli; ARE 677.906/SE, Rel. Min. Cezar Peluso; ARE 710263/MS, Rel. Min. Dias Toffoli; RE 661.416/RS, Rel. Min. Cármem Lúcia).

De mais a mais, o art. 5º, parágrafo único da Lei nº 9.717/1998 - que dispõe sobre regras gerais para a organização e o



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências – prescreve que *fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria.*

Logo, compete ao Presidente da República a edição da norma regulamentadora do art. 40, § 4º, da Constituição Federal, não tendo o Governador do Estado de Pernambuco competência para corrigir a omissão legislativa apontada.

Vale salientar que o art. 19, § 1º, IV da Constituição do Estado não possui o condão de atribuir ao Chefe do Executivo Estadual, a competência legislativa para instituição da aposentadoria especial. Na verdade, o dispositivo permite que sejam reguladas questões acessórias, mas não o próprio direito de aposentadoria, cuja competência é apenas da União.

Registro, ainda, que este Egrégio Tribunal de Justiça também vem perfilhando dessa orientação. Senão vejamos:

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. ART. 40, §4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 171, §4º, III, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO IMPETRADO ACOLHIDA À UNANIMIDADE DE VOTOS. PRECEDENTES DO STF. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. 1. Trata-se de Mandado de Injunção contra apontado ato omissivo do Prefeito da Cidade do Recife, consubstanciado na ausência de edição de lei complementar que assegure a concessão de aposentadoria especial aos servidores que exercem atividades sob condições especiais, de risco e insalubres, em atendimento ao disposto pelo art. 40, §4º, da CF. 2. **Suscita o impetrado sua ilegitimidade passiva para figurar no presente feito, sob a alegação de que a competência para legislar sobre aposentadoria especial seria da União, pugnando, consequentemente, pelo reconhecimento da incompetência absoluta do Juízo, com a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.** 3. **O STF tem vários precedentes acerca da matéria posto que a**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**questão previdenciária é de interesse nacional.**  
**Tem que existir, portanto, uma unidade sistêmica.**  
**É o caso do Mandado de Injunção nº 1.898/DF.** 4.

Precedente desta Corte: Mandado de Injunção nº 268.336-9. 5. Reconhecida a ilegitimidade passiva do impetrado, extingue-se o processo sem resolução de mérito. Decisão unânime. (TJPE - MI nº 0015259-70.2012.8.17.0000 (281820-4), Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Corte Especial, julgado em: 1/4/2013, publicação: 74). Grifei.

MANDADO DE INJUNÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. PREFEITO MUNICIPAL. ACOLHIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. GUARDA MUNICIPAL. MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. NORMA DE COMPETÊNCIA CONCORRENTE. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO POR NORMA NACIONAL. MORA DA UNIÃO. PRECEDENTES DO STF. 1. Consoante o art. 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais. 2. **Tratando-se de norma de ordem geral e de âmbito nacional, que merece tratamento unitário nas diversas esferas, compete à União definir, por lei complementar, as normas gerais da aposentadoria especial. Nesse sentido, dispõe o artigo 5º, parágrafo único, da Lei n.º 9.717/98, que verbera não ser permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios concederem aposentadoria especial aos seus servidores, com base no § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria.** Precedentes: STF - Processo MI 1583 DF. Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA. Julgamento: 24/03/2011. Órgão Julgador: Tribunal Pleno; Processo: MI 1463 DF. Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA. Julgamento: 02/03/2011. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. 4. Sendo assim, na espécie, descabe determinar que o chefe do Poder Executivo Municipal inicie processo legislativo para regulamentar a concessão de aposentadoria especial aos servidores municipais, ou mesmo que se aplique, por analogia, a Lei n.º 8.213/91. Precedentes do c. TJRS: Processo: MI 70047947106 RS.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Relator(a): Matilde Chabar Maia. Julgamento: 02/08/2012. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. 5. **Decisão proferida pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, acolhendo a preliminar de ilegitimidade passiva, entendendo que a mora legislativa no que tange à aposentadoria especial, prevista no art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal, é da União.** (TJPE - MI nº 0004001-63.2012.8.17.0000 (268336-9), Relator: Jorge Américo Pereira de Lira, Corte Especial, julgado em: 26/11/2012, publicação: 232). Grifei.

Assim, por inexistir a necessária correlação entre a imposição constitucional de legislar e o conseqüente direito público subjetivo à regulamentação, não é possível imputar o comportamento moroso ao requerido, sendo inapta a via injuncional. Frise-se que, *in casu*, é imprescindível a atuação normativa da União para que seja editada a lei regulamentadora nacional.

Diante de tais considerações, com espeque no art. 74, VIII do Regimento Interno desta Corte, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, por ser manifestamente incabível a pretensão, em virtude da ilegitimidade passiva.

Apesar da argumentação nova trazida neste recurso, referente à existência de Legislação Complementar Federal tratando da aposentadoria especial dos policiais, não há razão para determinar o seguimento do Mandado Injuncional contra o Governador do Estado de Pernambuco.

Não se discute que o art. 24, XII da Constituição Federal dispõe ser concorrente a competência legislativa para disciplinar sobre previdência social.

Todavia, como realçado no *decisum* vergastado, os Tribunais Superiores entendem que a competência legislativa concorrente não afasta a necessidade de tratamento uniforme das hipóteses de exceção às regras de aposentadoria dos servidores públicos.

Assim, o Governador do Estado possui competência privativa para tratar da aposentadoria especial dos servidores estaduais (art. 19, § 1º, IV da CE), mas não quanto ao direito em si, por conta da necessidade de tratamento igualitário da aposentadoria em nível nacional. Trata-se de questões acessórias,



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

de caráter suplementar, que circundam a concessão do direito, o qual deve ter regulamentação a nível federal.

Por oportuno, registre-se a pertinência da alusão ao art. 5º, parágrafo único da Lei nº 9.717/1998, pois demonstra que a regulamentação do direito à aposentadoria especial deve realmente ser promovida a nível federal.

Da mesma forma, não se questiona a recepção da Lei Complementar Federal nº 51/85 pela Carta Magna de 1988, mas sim a ausência de legitimidade da autoridade impetrada para figurar no polo passivo do Mandado Injuncional.

Com efeito, a menção à Lei Complementar Federal nº 51/85 apenas indica que na hipótese de superação da ilegitimidade passiva, sendo possível a análise do mérito da demanda, a pretensão exposta no Mandado de Injunção não poderia prosperar.

O Supremo Tribunal Federal reconhece a recepção da Lei Complementar nº 51/85 pela ordem constitucional instituída pela Carta Magna de 1988.

Desta forma, resta demonstrada a existência de regulamentação da aposentadoria para os agentes policiais, não sendo a via Injuncional a medida adequada para a concessão do referido instituto, vez que não há ausência de norma regulamentadora que inviabilize o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Corroborando esse entendimento, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL DE POLICIAL. ATIVIDADE DE RISCO. ART. 40, § 4º, INC. II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEI COMPLEMENTAR N. 51/1985. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO LEGISLATIVA. 1. A Lei Complementar n. 51/1985, que trata da aposentadoria especial dos policiais, foi recepcionada pela Constituição da República de 1988 (ADI 3.817/DF). 2. O**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

reconhecimento da existência e da aplicabilidade de norma infraconstitucional regulamentadora do direito constitucional pleiteado evidencia o não cabimento do mandado de injunção, por inexistir omissão legislativa inviabilizadora do exercício de direito constitucionalmente assegurado. 3. Impossibilidade de conjugação do sistema da Lei Complementar n. 51/1985 com o do art. 57 da Lei n. 8.213/91, para com isso, cogitar-se de idade mínima para aposentação. Precedentes. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (STF - MI 4528 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 13/06/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-150 DIVULG 31-07-2012 PUBLIC 01-08-2012). Grifei.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE INJUNÇÃO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA ESPECIAL DE SERVIDOR PÚBLICO POLICIAL. ATIVIDADE DE RISCO. LEI COMPLEMENTAR N. 51/1985. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO LEGISLATIVA. 1. A Lei Complementar n. 51/1985, que trata da aposentadoria especial dos servidores públicos policiais, foi recepcionada pela Constituição da República de 1988 (ADI 3.817/DF). 2. Inexistência da lacuna legislativa necessária ao cabimento do mandado de injunção. 3. Não é possível a conjugação de regras mais favoráveis de regimes de aposentadoria diferentes. Precedentes. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (STF - MI 2180 ED-ED, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 24/03/2011, DJe-069 DIVULG 11-04-2011 PUBLIC 12-04-2011 EMENT VOL-02501-01 PP-00044). Grifei.

Por ser importante, transcrevo excerto do recente voto proferido pelo Ministro Teori Zavascki (MI 2590 AgR, Tribunal Pleno, julgado em 24/04/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-098 DIVULG 23-05-2013 PUBLIC 24-05-2013), *in verbis*:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Registre-se, também, que, segundo a jurisprudência do STF, não há omissão legislativa em relação aos policiais, tendo em vista a existência de regras próprias para sua aposentadoria, que exige tempo exclusivo na atividade (art. 1º, I, da LC 51/85) e não pode ser conjugada com outras, ainda que exercidas em condições especiais (...).

Com igual teor: MI 2518 AgR/DF, Pleno, rel. Min. Cármen Lúcia, j, 28/04/2011, DJe 13/05/2011.

No caso concreto, a decisão recorrida observou tais parâmetros.

É de ser mantida, por isso, a decisão agravada.

Em decisão monocrática proferida no MI nº 895-AgR/DF, DJe 29.01.2010, o Ministro Ricardo Lewandowski consignou que:

Ora, no caso dos autos há norma que regulamenta a aposentadoria especial para os policiais civis (Lei Complementar 51/1985).

Assim, se há norma regulamentadora, não há que falar na ausência que permite o ajuizamento dessa garantia constitucional.

Isso posto, dou provimento ao agravo, para negar seguimento ao mandado de injunção (art. 21, § 1º, RISTF).

No mesmo sentido, o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

**MANDADO DE INJUNÇÃO - APOSENTADORIA ESPECIAL - POLICIAL CIVIL - EXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO PRÓPRIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO LEGISLATIVA - INJUNÇÃO DENEGADA. "Seguindo a recente orientação do e. Supremo Tribunal Federal que passou a vedar a aposentadoria especial ao servidor público sujeito a regime previdenciário diferenciado, nego seguimento ao presente mandado de injunção". (TJSP – 0539028-**

100  
h



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

69.2010.8.26.0000, Relator: Artur Marques, Data de Julgamento: 03/02/2011, Órgão Especial, Data de Publicação: 18/03/2011). Grifei.

**MANDADO DE INJUNÇÃO - APOSENTADORIA ESPECIAL - POLICIAL MILITAR ESTADUAL - EXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO PRÓPRIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO LEGISLATIVA - PRECEDENTES DO STF - INJUNÇÃO DENEGADA.** 1. Seguindo-se a recente orientação jurisprudencial que passou a vedar a aposentadoria especial ao servidor público sujeito a regime previdenciário diferenciado, denega-se a presente injunção. 2. Injunção denegada. (TJSP - 4559958420108260000 SP 0455995-84.2010.8.26.0000, Relator: Artur Marques, Data de Julgamento: 16/03/2011, Órgão Especial, Data de Publicação: 30/03/2011). Grifei.

E mais: para que fosse possível impetrar o Mandado de Injunção contra o Governador do Estado, a fim de tratar de **normas suplementares** a respeito da aposentadoria especial (e não sobre o direito de aposentadoria em si, o qual deve ser tratado de modo uniforme a nível federal), seria indispensável a demonstração concreta de que a ausência da norma regulamentadora suplementar estadual estaria inviabilizando o exercício do direito à aposentadoria.

*In casu*, o agravante apenas defende a necessidade de regulamentação a cargo do Governador do Estado de Pernambuco, realçando a existência de especificidades na carreira policial (polícia civil, federal e militar), à míngua de indicar concretamente qual o vazio da lei estadual estaria inviabilizando a concessão de sua aposentadoria, ou seja, qual omissão do agravado estaria obstando a aplicação da Lei Complementar Federal nº 51/85.

Por fim, ressalte-se que a manifestação do *Parquet* não se afigura imprescindível para o caso de extinção do mandado de injunção sem resolução do mérito. Logo, apenas deverá haver a intervenção Ministerial em caso de seguimento do *writ*.

Desta forma, não há razão para que seja dado provimento ao presente Agravo Regimental no Mandado de Injunção.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Diante das razões apresentadas, voto pela manutenção da decisão atacada e nego provimento ao Agravo Regimental no Mandado de Injunção.

Outrossim, voto para que as publicações relativas ao processo sejam realizadas em nome da advogada Talita de Almeida Soares, OAB/PE nº 28.641, conforme requerido pelo agravante.

Recife,

de

de

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Relator**